



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

ACESSO À INFORMAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA COMPETÊNCIA ARQUIVÍSTICA

ACCESS TO INFORMATION FROM THE PERSPECTIVE OF ARCHIVAL LITERACY

Renata Lira Furtado – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Felipe César Almeida Santos – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”(UNESP) Campus de Marília

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A presente pesquisa se dedica a apresentar a Competência Arquivística como um instrumento com potencial para democratizar o acesso à informação. Está estruturada em dois eixos teóricos: Acesso à informação e Competência arquivística, ambos diretamente relacionados aos usuários de arquivos e aos arquivistas. O objetivo proposto foi identificar se e como os preceitos da Competência Arquivística podem contribuir com o acesso à informação, especificamente informações e documentos arquivísticos. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza básica, com abordagem qualitativa. Como recurso metodológico elegeu-se a Pesquisa Bibliográfica, cujos resultados subsidiaram o desenvolvimento das seções teóricas, possibilitaram a sistematização do mapa mental e alicerçaram a discussão visando responder à questão da pesquisa e alcançar o objetivo proposto. A partir da bibliografia investigada foi possível identificar que os preceitos da Competência Arquivística podem contribuir com o acesso à informação, a partir da sistematização de políticas públicas de capacitação para o acesso intelectual às informações, da participação ativa dos arquivistas em ações de capacitação dos usuários pelos preceitos da Competência Arquivística e dos próprios usuários, na qualidade de sujeitos informacionais que necessitam desenvolver habilidades para acessar informações e documentos arquivísticos, em ambientes físicos e digitais, visando o pleno exercício de cidadania.

Palavras-chave: competência arquivística; acesso à informação; acesso intelectual; arquivista; usuário de arquivo.

Abstract: This research is dedicated to presenting Archival Literacy as an instrument with the potential to democratize access to information. It is structured around two theoretical axes: Access to information and Archival Literacy, both directly related to archive users and archivists. The proposed objective was to identify whether and how the precepts of Archival Literacy can contribute to access to information, specifically archival information and documents. This is exploratory research, of a basic nature, with a qualitative approach. As a methodological resource, Bibliographic Research was chosen, the results of which supported the development of the theoretical sections, enabled the systematization of the mental map and supported the discussion aiming to answer the research question and achieve the proposed objective. From the bibliography investigated, it was possible to

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

identify that the precepts of Archival Literacy can contribute to access to information, based on the systematization of public training policies for intellectual access to information, the active participation of archivists in user training actions through precepts of Archival Literacy and the users themselves, as informational subjects who need to develop skills to access information and archival documents, in physical and digital environments, aiming at the full exercise of citizenship.

Keywords: archival literacy; access to information; intellectual access; archivist; archival user.

1 INTRODUÇÃO

A presente discussão se dedica a apresentar a Competência Arquivística como um instrumento com potencial para democratizar o acesso à informação. Esse recorte especificamente teórico, concentra as reflexões nas habilidades dos sujeitos para acessar informações e documentos arquivísticos, independentemente dos ambientes em que esses elementos se encontram, uma vez que na sociedade contemporânea mediada por recursos tecnológicos é sabido que informações e documentos arquivísticos são produzidos, gerenciados, preservados e disseminados majoritariamente em ambiente digital.

A Competência Arquivística (CoArq) é a tradução da expressão em inglês *Archival Literacy*, considerada uma vertente contextualizada à Arquivologia da Competência em Informação, tradução oficial para a expressão *Information Literacy*. A CoArq é definida como a capacidade de um indivíduo de localizar, identificar, interpretar, gerenciar, avaliar e usar informações e documentos arquivísticos, em formato físico ou digital, em distintos contextos: educacional, operacional e sociocultural (Furtado, 2019; Rahman; Shoeb, 2020; Santos, 2022).

As discussões acerca da Competência Arquivística ainda são incipientes tanto no Brasil como no exterior e apresentam elevado potencial de expansão, tendo em vista as perspectivas social e crítica da Arquivologia contemporânea. No contexto internacional a *Information Literacy* surgiu em meados da década de 1970 e *Archival Literacy* no final da década de 1990. No Brasil, as primeiras pesquisas sobre CoInfo emergiram a partir do ano 2000 e as pesquisas sobre CoArq surgiram nos anos finais da década de 2010.

Bain (*et al.*, 2011), compreende a Competência Arquivística como um direito fundamental de todo cidadão. A partir dessa perspectiva torna-se possível estabelecer um diálogo com o acesso à informação, considerado como um direito individual para o pleno exercício da cidadania.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

Ainda que o conceito de cidadania esteja em constante construção, o seu entendimento caminha junto com a evolução dos direitos, moldados a partir do seu contexto histórico e da conjuntura social (Martins; Presser, 2015). Segundo as autoras, o acesso à informação é uma premissa para a prática da consciência de direitos e deveres fundamentais.

Para Targino (1991), não existe o exercício de cidadania sem informação, pois para o cumprimento de seus deveres e reivindicação de direitos – civis, políticos ou sociais, o sujeito necessita conhecê-los, ação que implica na apropriação da informação. A autora ainda complementa, que a informação se configura como um capital comum, que pode e deve agir como elemento de “[...] integração, democratização, igualdade, cidadania, liberdade e dignidade pessoal” (Targino, 1991, p. 155).

Contudo, não é suficiente que os cidadãos tenham acesso às informações, faz-se necessário ainda, que estes sujeitos sejam capazes de compreender o conteúdo e utilizar conforme sua necessidade (Rosado; Dias, 2023).

A presente pesquisa busca contribuir com a ampliação do arcabouço teórico-prático sobre Competência Arquivística no âmbito da Arquivologia brasileira, a partir da seguinte questão: Os preceitos da Competência Arquivística podem contribuir com o acesso à informação? Considerando a questão apresentada, objetiva-se então identificar se e como os preceitos da Competência Arquivística podem contribuir com o acesso à informação, especificamente informações e documentos arquivísticos. Como objetivos específicos apresenta-se: a) sistematizar teoricamente as temáticas centrais da pesquisa - Competência Arquivística e Acesso à Informação; b) explorar conceitos e características das referidas temáticas; c) estruturar os resultados obtidos em um mapa conceitual.

Diante da carência de pesquisas acadêmico-científicas sobre o tema, o presente estudo justifica-se por: (1) apontar a necessidade de ampliação das discussões relacionadas à Competência Arquivística; (2) fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas que contribuam com a consolidação da temática no cenário brasileiro e (3) explorar a dimensão social da informação, a partir da interface com a perspectiva crítica e social da Arquivologia.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza básica, com abordagem qualitativa. Como recurso metodológico elegeu-se a Pesquisa Bibliográfica realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Google Acadêmico, acerca das temáticas: Competência Arquivística e Acesso à Informação.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

Os resultados subsidiaram o desenvolvimento das seções teóricas apresentadas a seguir, possibilitaram a sistematização de um mapa mental e alicerçaram a discussão, visando responder a questão da pesquisa e alcançar o objetivo proposto.

2 ACESSO À INFORMAÇÃO NO CENÁRIO ARQUIVÍSTICO: atores e processos

O acesso às informações e aos documentos é a regra básica do fazer profissional dos arquivistas, que recolhem, classificam, avaliam, descrevem e preservam visando a disseminação e a promoção do acesso eficiente ao maior número possível de usuários, oferecendo serviços com imparcialidade, prezando pela manutenção da integridade e da autenticidade dos arquivos, a garantia da comunicabilidade e da compreensão dos documentos. Sem os usuários, documentos e informações arquivísticas possuem apenas um potencial, uma energia represada que é liberada por meio da interação dinâmica do envolvimento humano (Duff, 2016).

Discutir acesso em contexto arquivístico remete necessariamente à reflexão sobre os atores envolvidos, especificamente usuários e arquivistas. Ainda que as pesquisas na área sejam incipientes, se comparado a outras temáticas da Arquivologia, as reflexões sobre esses atores – indivíduos que criam, usam e gerenciam documentos arquivísticos, configuram-se como uma preocupação latente relativamente recente na Arquivologia.

Tais pesquisas seguem pautadas nos estudos sobre os diferentes usuários de arquivo, na formação e atuação dos profissionais que trabalham em ambientes arquivísticos e numa perspectiva social, alinhada aos paradigmas da Ciência da Informação tem incluído a perspectiva dos sujeitos informacionais.

Os usuários, denominados tradicionalmente como usuários de arquivos, são considerados na literatura como “[...] pessoa física ou jurídica que consulta documentos de arquivo” (Arquivo Nacional, 2005). Historicamente esses usuários eram representados pela figura do historiador, não sendo representados como sujeitos do processo informacional, apenas como seu “objeto” (Vitoriano; Leme; Casarin, 2020).

A literatura contemporânea da área, ainda que não ofereça o destaque adequado para as discussões em torno dos usuários, apresenta especificações que permitem definir seus perfis: **usuários internos**, que recorrem aos arquivos correntes e intermediários (eventualmente ao permanente) na própria instituição, no exercício de suas funções laborais

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

e que necessitam de documentos para dar continuidade a suas atividades ou para comprová-las – Ação administrativa; garantia de direitos e deveres; gestão do conhecimento; tomada de decisão e **usuários externos**, indivíduos (pesquisadores, estudantes, professores e população em geral) que recorrem principalmente ao arquivo permanente (mas também ao corrente e intermediário) em busca de documentos cujo valor já não mais corresponde à finalidade para a qual foi produzido/acumulado institucionalmente, mas sim às potencialidades informacionais vinculadas a fins científicos, sociais ou culturais – Pesquisa técnica e científica; garantia de direitos e deveres; ampliação do conhecimento escolar; geração de conhecimento (Silva, 2011; Vitoriano; Leme; Casarin, 2020).

Vitoriano, Leme e Casarin (2020) a partir da perspectiva dos estudos de usuários, apresentam características específicas relacionadas às necessidades informacionais e ao uso efetivo que os usuários fazem das informações e documentos arquivísticos. Por meio dessas características, é possível identificar a tipologia dos usuários e seus respectivos comportamentos. Contudo, não há uma regra ou um padrão imposto nessa realidade considerando a necessidade de observar os distintos contextos, elementos sociais, culturais e históricos das relações que permeiam os indivíduos – esses elementos configuram-se como um diferencial entre os conceitos usuário de arquivo e sujeito informacional (Cruz; Araújo, 2020).

Rangel (2023) define os usuários de arquivos como sujeitos dotados de ações significantes, integrantes de um ambiente informacional diverso e complexo, que devem ser vistos como sujeito informacional com necessidades que direcionam o acesso de forma plena aos serviços arquivísticos.

No cotidiano de atuação do arquivista, a observação dos elementos que caracterizam os indivíduos que circulam física ou virtualmente nos ambientes arquivísticos, nem sempre é possível diante do foco muitas vezes direcionado exclusivamente aos processos arquivísticos técnicos e gerenciais relacionados às funções arquivísticas de produção, aquisição, diagnóstico, identificação, classificação, avaliação, descrição, preservação e difusão. É possível atribuir ainda a não observância aos usuários por parte dos arquivistas, ao sucateamento das instituições arquivísticas que operam muitas vezes sem uma estrutura mínima de recursos humanos.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

No Brasil, a profissão de arquivista é regulamentada pela Lei 6.56, de 4 de julho de 1978, contudo, a mesma não apresenta nenhuma atribuição do arquivista com relação aos usuários, diferente do contexto da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que disponibiliza um relatório das áreas-atividades desempenhadas pelo profissional com áreas dedicadas ao acesso à informação, a comunicação e a disseminação e ações educativas e culturais e atividades como: atendimento aos usuários, apoio às atividades de consulta, orientação aos usuários quanto ao uso dos diferentes equipamentos e bancos de dados, dentre outros (Furtado, 2019).

No âmbito teórico, dentre as atribuições do arquivista contemporâneo destaca-se a relação com os usuários, onde o arquivista deve operar como mediador na relação informação/documento – usuário, atuando na elaboração de estratégias de busca para atender as demandas dos usuários, na proposição de ações direcionadas ao acesso à informação e às atividades que despertem nos usuários o pensamento crítico e reflexivo não apenas para manutenção do acesso à informação, como também da apropriação da informação e construção do conhecimento (Furtado, 2019).

Observa-se que o acesso à informação em ambiente arquivístico é contemplado pelo referencial teórico da área e nas atribuições indicadas pelos dispositivos legais. Está diretamente relacionado com todos os processos arquivísticos de gestão, ocupando uma posição central no fazer arquivístico. Bain (*et al.*, 2011) destacam a riqueza e a complexidade do acesso e indicam que é ao mesmo tempo um valor ou crença central dos arquivistas; um privilégio ou direito que os arquivistas devem administrar através de políticas institucionais; e um conjunto de atividades pelas quais tornamos conhecidos os documentos arquivísticos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura o direito de acesso à informação, regulamentado pela Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

Jardim (1999) destaca que a noção de acesso à informação relaciona-se com dispositivos jurídicos, políticos, culturais, materiais e intelectuais que garantem seu exercício efetivo. O autor indica que o acesso jurídico, material e cultural à informação não se consolida sem o acesso intelectual. Por acesso intelectual entende-se a compreensão de forma significativa e contextualizada das informações contidas em documentos, incluindo a forma

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

como ela está categorizada, organizada e representada. Características individuais, tais como habilidades físicas, cognitivas, linguística e tecnológica podem afetar o acesso intelectual (Guimarães; Silva, 2011).

No contexto arquivístico, o acesso intelectual está relacionado à compreensão do conteúdo e do contexto dos documentos, permitindo que os usuários façam conexões significativas entre os registros arquivísticos e suas próprias áreas de interesse, pesquisa ou necessidades informacionais e implica a capacidade de contextualizar e compreender as informações em um espectro amplo, reconhecendo as relações entre diferentes fontes e utilizando-a para ampliar o conhecimento.

A partir da perspectiva de Jardim (1999), ainda que exista um aparato legal com relação ao acesso à informação, não existem políticas implementadas que capacite o cidadão para o acesso intelectual, especificamente para utilização de fontes primárias de informação, como arquivos e centros de documentação, que contribuem para construção do conhecimento, maior participação social, exercício de cidadania participativa e reflexão crítica em relação à democracia.

3 COMPETÊNCIA ARQUIVÍSTICA

A Competência Arquivística (CoArq), tradução da expressão em inglês *Archival Literacy* configura-se como a capacidade de compreender, utilizar e interpretar informações e documentos arquivísticos de forma eficaz, a partir de habilidades específicas que inclui a compreensão do contexto histórico e social dos documentos, a capacidade de avaliar autenticidade e confiabilidade, o entendimento dos princípios éticos e legais que regem a produção, a gestão, a preservação e o acesso às informações e documentos arquivísticos (Gilliland-Swetland *et al.*, 1999; Bain, *et al.*, 2011; Furtado, 2019).

A Competência Arquivística é uma vertente da Competência da Informação (CoInfo) contextualizada à Arquivologia, assim faz-se necessário compreender a CoInfo como um pré-requisito para melhor compreensão da Competência Arquivística.

A definição de Competência em Informação que melhor se apresenta ao cenário arquivístico é o proposto pela *Association of College and Research Libraries* (ACRL, 2016) que a define como um conjunto de capacidades integradas que contempla a descoberta reflexiva

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação ética e legal de novos conhecimentos.

Competência em Informação é a tradução adotada no Brasil para a expressão original em inglês *Information Literacy*, que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, fundamentada nas mudanças sociais influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico e a constatação de que os cidadãos americanos não possuíam as habilidades para utilizar os recursos tecnológicos disponíveis e que viessem a ser desenvolvidos. O objetivo era de instruir a população para lidar com a abundância de informações disponíveis que excedem a capacidade humana de avaliar, com a diversidade de procedimentos de busca de informação existentes e com a variedade de rotas de acesso e fontes informacionais mal compreendidas e subutilizadas (Zurkowski, 1974).

Para Horton Jr. (2015) a Competência em Informação está aliada ao aprender a aprender e ao pensamento crítico, que passou de passou de uma teoria abstrata no final do século XX para um lugar central no arsenal de ferramentas estratégicas do século XXI, próximo da Competência em Mídia e da Competência Digital.

O surgimento da CoInfo e sua consolidação ocorreu na Biblioteconomia e na Ciência em Informação, na Arquivologia as discussões iniciaram numa perspectiva internacional nos anos finais da década de 1990 com os conceitos de *Archival Literacy* e *Archival Intelligence*. No Brasil, tais discussões são recentes (a partir de 2016) e abarcam a necessidade de inclusão da Competência em Informação e suas vertentes na formação acadêmica e na formação continuada, visando aprimorar a atuação profissional dos arquivistas. As pesquisas apontam a relevância da temática para as práticas arquivísticas, a partir de uma abordagem direcionada à compreensão e reflexão crítica da informação, seja ela arquivística ou não, em distintos ambientes e situações, para múltiplos sujeitos: arquivista, usuários, produtores de documentos, dentre outros (Furtado, 2023).

É nesse cenário que se inserem as pesquisas sobre *Archival Literacy* traduzida livremente como Competência Arquivística e definida como um conjunto de habilidades a ser desenvolvida por todos que utilizam fontes primárias. Está relacionada à consciência dos usuários sobre o patrimônio cultural e documental, às habilidades dos usuários em buscar evidências, a compreensão do contexto de criação do documento, questionando quem, o quê, quando, por que, onde e como esse documento foi criado, a análise sobre a forma e a natureza

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

do documento, a determinação sobre a originalidade e autenticidade e o entendimento sobre sua cadeia de custódia (Gilliland-Swetland *et al.*, 1999).

Rahman e Shoeb (2020) afirmam que, para ser um indivíduo com competência arquivística, os sujeitos precisam alcançar quatro passos básicos de compreensão e utilização de arquivos: Saber, Interpretar, Avaliar e Usar.

O processo inicia-se com o **Saber** uma vez que o indivíduo precisa conhecer o conteúdo dos arquivos – reconhecer quais os tipos de conteúdo precisam, como e onde adquiri-lo, avaliar seu entendimento sobre sua necessidade a partir de questionamentos: Quem? Quando? Onde? Por quê? Como? Na fase **Interpretar**, o indivíduo precisa compreender a importância, o contexto histórico e o valor do conteúdo. Na fase **avaliar**, descobrir a importância entre a necessidade de informação e o conteúdo disponível e a última fase, **Usar**, aponta o processo de tratamento do conteúdo recuperado, incluindo a restrição de acesso. Caso um indivíduo tenha o conhecimento básico das quatro fases citadas, este pode ser considerado com Competência Arquivística (Rahman; Shoeb, 2020).

Yakel e Torres (2003) indicam que a estrutura teórica da Competência Arquivística é constituída por três campos de conhecimento – *Domain Knowledge*, *Artifactual Literacy* e *Archival Intelligence*, traduzidos respectivamente como: 1) **Conhecimento de Domínio**: compreensão ampla do tema ou assunto de pesquisa; 2) **Competência de Artefatos**: Capacidade de interpretar e analisar criticamente fontes primárias e avaliar seu valor como evidência; e 3) **Inteligência Arquivística**: Conhecimento do usuário sobre os princípios, práticas, regras e procedimentos arquivísticos, bem como o desenvolvimento de estratégias de busca para questões de pesquisa e compreensão das fontes, que abrange três dimensões: 1) conhecimento da teoria, práticas e procedimentos arquivísticos; 2) estratégias para reduzir incerteza e ambiguidade e 3) habilidades intelectuais.

Santos (2022) apresentou uma estrutura composta pelos três campos de conhecimento indicadas por Yakel e Torres (2003) e os seus respectivos indicadores, conforme a Figura 1:

Figura 1 – Indicadores de Conhecimento da Competência Arquivística



Fonte: Santos (2022, p. 124)

Apresentado como uma proposição embrionária, Santos (2022) identificou três contextos de aplicação da Competência Arquivística: Educacional, Operacional e Sociocultural.

No **contexto educacional**, destaca-se a função de auxiliar os sujeitos a ocuparem um papel mais ativo e racional nas pesquisas com documentos arquivísticos para fins educacionais, visando o acesso à informação e a construção de novos conhecimentos. Dentre os sujeitos abrangidos por esse contexto estão: docentes, discentes, pesquisadores de todas as áreas e cidadãos comuns. O **contexto operacional** remete ao ambiente de atuação laboral, referindo aos conhecimentos técnicos ligados, diretamente, ao desempenho das atividades profissionais, com direcionamento de esforços para planejar, absorver, desenvolver e avaliar, em diferentes níveis e atuações, informações e documentos arquivísticos (Santos, 2022).

O **contexto sociocultural**, relaciona-se ao processo de construção de conhecimento social para emancipação e garantia da cidadania. Nesse sentido, a informação contida em documentos arquivísticos necessita ser entendida como um elemento inserido ao exercício da garantia de direitos que permite ao cidadão a “expansão do conhecimento, produção de conteúdo, da identidade cultural e da organização de ideias que inevitavelmente resultam em mudanças relevantes na maneira de pensar, estudar, trabalhar e se comunicar” (Targino; Torres; Alves, 2012, p. 35; Santos, 2022).

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

A estrutura teórica em torno da Competência Arquivística orienta a interação entre usuários e arquivos a partir da mediação do arquivista, evidenciando a promoção de práticas informacionais democráticas e acessíveis, com vistas a entender como interferem nas necessidades e usos de informação por parte dos usuários (Costa; Silva; Ramalho, 2010). Um estudo de usuários a partir da perspectiva da Competência Arquivística pode abordar diferentes aspectos: necessidades de informação, expectativas, habilidades e comportamentos ao lidar com os arquivos, documentos e processos arquivísticos.

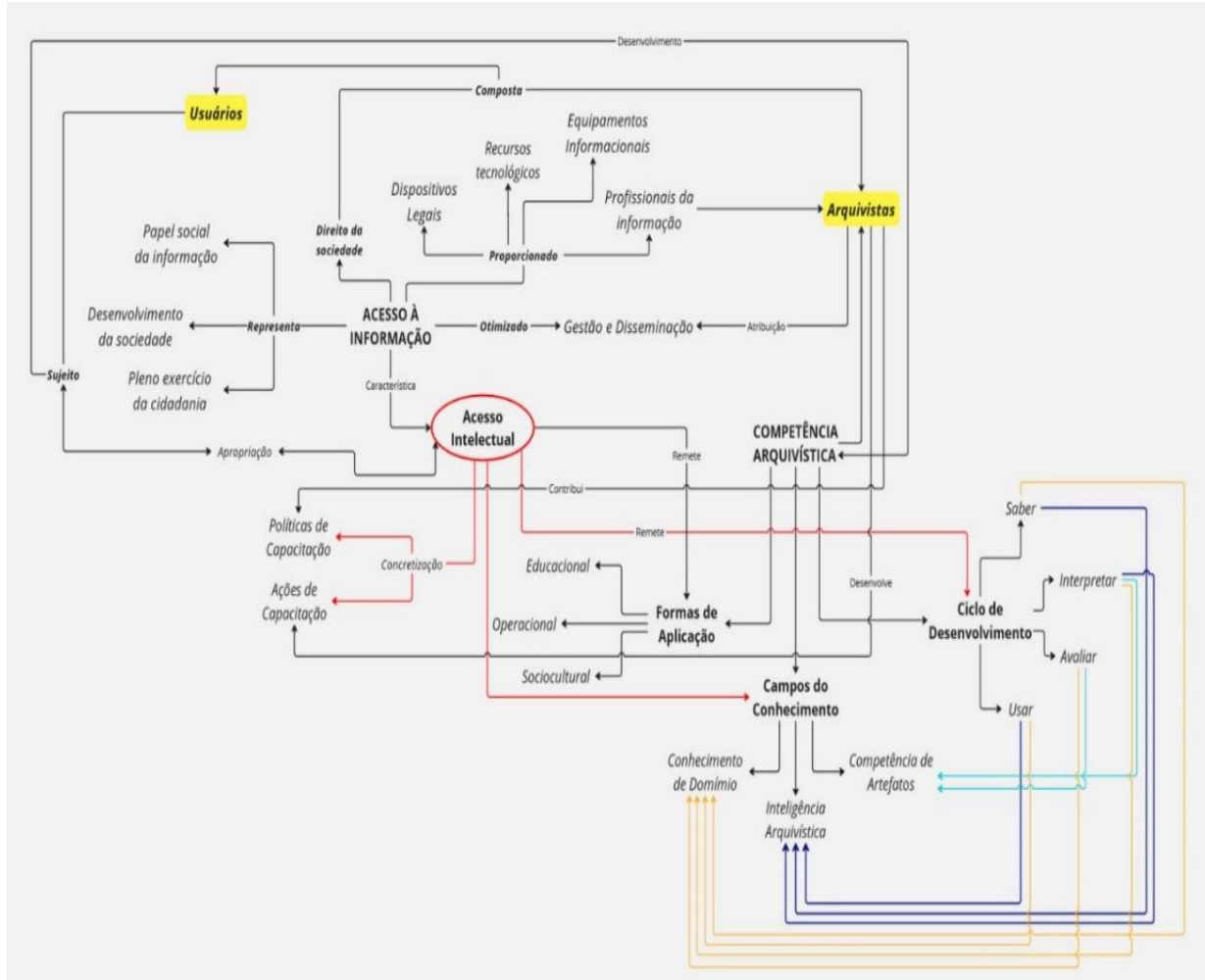
Nesse contexto, é importante refletir acerca das características atribuídas aos usuários de arquivos, uma vez que documentos e informações arquivísticas em ambiente digital, estão disponíveis em fontes diversas para além dos arquivos, como: portais, sites, mídias e redes sociais, aplicativos de mensagens, e-mails dentre outros. Os indivíduos deixaram de atuar apenas como receptores ou consumidores passivos e desempenham um papel também de produtores e disseminadores de documentos e informações arquivísticas – produzem, compartilham, transmitem e disseminam.

4 REFLEXÕES SOBRE ACESSO À INFORMAÇÃO, ACESSO INTELECTUAL E COMPETÊNCIA ARQUIVÍSTICA

A presente pesquisa está estruturada em dois eixos teóricos: Acesso à informação e Competência arquivística, ambos diretamente relacionados aos usuários de arquivos e aos arquivistas. O objetivo proposto para o desenvolvimento dessa pesquisa foi identificar se e como os preceitos da Competência Arquivística podem contribuir com o acesso à informação, especificamente informações e documentos arquivísticos. A partir da bibliografia investigada é possível vislumbrar aproximações entre as temáticas, que permitem responder a questão norteadora e alcançar o objetivo proposto.

A discussão que segue objetiva relacionar de forma sistematizada cada um dos elementos mencionados, conforme apresentado na Figura 2:

Figura 2 - Mapa mental: Acesso à Informação, Acesso Intelectual e Competência Arquivística



Fonte: elaborado pelos autores

Os elementos que circundam o acesso à informação estão diretamente atrelados ao papel social da informação, ao desenvolvimento da sociedade e ao pleno exercício de cidadania. Dentre esses elementos é possível elencar os recursos tecnológicos, os dispositivos legais, os equipamentos informacionais, os profissionais da informação e os distintos sujeitos informacionais.

O acesso à informação é possível a partir da gestão e disseminação de informações e documentos, de forma passiva ou ativa, cuja responsabilidade é das instituições produtoras e custodiadoras, por meio das atividades desenvolvidas pelos profissionais da informação – especificamente, o arquivista. A partir da capacidade de compreensão, interpretação e utilização dos sujeitos, se constitui o acesso intelectual – como uma característica intrínseca

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

ao acesso à informação, que envolve a capacidade de apropriação das informações – requisito basilar para o desenvolvimento do ser social (Batista, 2018).

O processo de apropriação das informações por parte dos sujeitos/usuários perpassa a estrutura da Competência Arquivística, considerando a necessidade de desenvolvimento de habilidades para o acesso pleno às informações, incluindo o acesso intelectual, que está além da simples obtenção de informação, uma vez que inclui a análise crítica, a sintetização e a aplicação ética do conhecimento produzido.

As reflexões em torno do acesso intelectual remetem à estrutura que sustenta o conceito da Competência Arquivística: o Ciclo de desenvolvimento: saber, interpretar, avaliar e usar – que por sua vez se relaciona com os campos de conhecimento: Conhecimento de domínio, Competência de Artefatos e Inteligência Arquivística, e ambos estão abarcados pelos contextos de aplicação: Educacional, Operacional e Sociocultural.

Respondendo ao objetivo que guiou o desenvolvimento desta pesquisa, é possível afirmar, ainda que teoricamente que os preceitos da Competência Arquivística podem contribuir com o acesso à informação, a partir da sistematização de políticas públicas de capacitação para o acesso intelectual às informações, da participação ativa dos arquivistas em ações de capacitação dos usuários pelos preceitos da Competência Arquivística e dos próprios usuários, na qualidade de sujeitos informacionais que necessitam desenvolver habilidades para acessar informações e documentos arquivísticos, em ambientes físicos e digitais, visando o pleno exercício de cidadania.

Por fim, cabe destacar que na perspectiva de vivências dos atores citados, a compreensão dos conceitos e práticas arquivísticas contribui para o desenvolvimento de habilidades adicionais como o pensamento crítico e reflexivo, que são vitais na economia do conhecimento e estão abarcadas pelos preceitos da Competência em Informação. Os sujeitos podem aplicar essas habilidades para lidar com todas as informações e documentos, arquivísticos ou não, que encontrarão ao longo de suas vidas, em distintos contextos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente recorte se debruçou sobre dois eixos teóricos – Acesso à informação e Competência arquivística, a partir da perspectiva de dois atores: usuários e arquivistas. A relação entre os eixos teóricos e os atores foi sustentada pela compreensão de que tanto o

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

Acesso à informação, como a Competência arquivística configuram-se como direitos legítimos do cidadão.

Os resultados da pesquisa bibliográfica indicaram o acesso intelectual como um elemento relevante na discussão, uma vez que o mesmo se configura como a compreensão de forma significativa e contextualizada das informações contidas em documentos e como um componente essencial no acesso à informação (Guimarães; Silva, 2011; Jardim, 1999).

Importante ressaltar que o acesso intelectual se configura como uma das barreiras que inviabilizam o acesso à informação, são diversas as limitações que podem contribuir com esse acesso em âmbito arquivístico. Nesse contexto, Rangel (2023) afirma que uma política de acesso à informação deve ser inclusiva, e garantir a observação e a inserção das dimensões da acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, instrumental, atitudinal, programática e metodológica.

As reflexões aqui apresentadas representam um *insight* no amplo o horizonte das possibilidades a serem exploradas no âmbito da Competência Arquivística. Espera-se que diante da carência de pesquisas acadêmico-científicas sobre o tema, o presente estudo possa contribuir com o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à Competência Arquivística, numa perspectiva de estender os olhares para os atores envolvidos nos processos arquivísticos, considerando as abordagens crítica e social da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf Acesso em: 22 maio 2024.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES [ACRL]. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/standards/ilframework> Acesso em: 11 maio 2024.

BATISTA, Carmem Lucia. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **Em Questão**, p. 210-234, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/74317> Acesso em: 13 jun 2024.

BAIN, George Bain; FLECKNER, John; MARQUIS Kathy; PUGH Mary. Reference, Access, and Outreach: An Evolved Landscape, 1936-2011 (Session 406). **The American Archivist**, v. 74, n. Supplement 1, p. 1-40, 2011. Disponível em:

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

<https://www2.archivists.org/sites/all/files/AAOSv074-Session406.pdf> Acesso em: 21 maio 2024.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39 n. 2, p.129-143, maio/ago., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/m3V9fTBNTdTZwBnptLwPzgC/abstract/?lang=pt> Acesso em: 11 maio 2024.

CRUZ, R. do C.; ARAÚJO, C. A. A. Sujeito informacional: Conceito em emergência: Uma revisão teórico-conceitual em periódicos ibero-americanos. **Inf.&Soc: Estudos**, João Pessoa, v.30, n.1, p.1-22, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/43934> Acesso em: 25 jun 2024.

DUFF, W. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL (Eds.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 171–202.

FURTADO, Renata Lira. **A competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada**. Tese (doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/83873ea3-ede5-4d1f-b22a-be1d6f8eafab> Acesso em: 17 mar 2024.

FURTADO, Renata Lira. A relevância da competência em informação para o cenário arquivístico (pós)pandêmico. In: **Arquivos, democracia e justiça social**. Organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. - 1. ed. -- São Paulo: ARQ-SP, 2023.

GILLILAND-SWETLAND, A. J.; KAFAI, Y. B.; LANDIS, W. E. Integrating Primary Sources into the Elementary School Classroom: A Case Study of Teachers' Perspectives. **Archivaria**, v. 1, p. 89– 116, 1999. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12718> Acesso em: 27 maio 2024.

GUIMARÃES, M. C.; SILVA, C. H. Acesso à informação em saúde: por uma agenda política (Comunicação oral). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais [...]** Brasília: UNB; ANCIB, 2011. p. 3551-3563. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/3274> Acesso em: 19 maio 2024.

HORTON, JUNIOR, F. W. **Overview of information literacy: resources worldwide**. 2. ed. Paris: UNESCO, 2014/2015.

JARDIM, J. M. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: **Caderno de Textos**. Mesa Redonda Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 1999.

MARTINS, C. J. B. N.; PRESSER, N. H. A promoção da cidadania por meio do acesso à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 10,

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/24097>
Acesso em: 22 fev 2024.

RAHMAN, Mukhlesur; SHOEB, Zahid Hossain. **Redesigning archive literacy service by using social media as a tool: Cases in Japan archive centers**. *Annals of Library and Information Studies*, [s.l.], v. 67, p. 118-124, June 2020. Disponível em: <https://nopr.niscpr.res.in/bitstream/123456789/55036/1/ALIS%2067%282%29%20118-124.pdf> Acesso em: 13 maio 2024.

RANGEL, Thayron Rodrigues. **(Re) Pensando a universalidade do acesso nos arquivos públicos: a acessibilidade como uma ferramenta inclusiva para a garantia da cidadania**. Tese (doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_268566b2fd608e7a8922cef506105715 Acesso em: 21 jun 2024.

ROSADO, Keila Mara Lara; DIAS, Célia da Consolação. Potencializando a cidadania: o papel vital da ciência da informação na promoção do acesso à justiça e à informação. *In: XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Aracaju – SE, Anais Eletrônicos, 2023. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1309> Acesso em: 11 maio 2024.

SANTOS, Felipe César Almeida. **Archival literacy: estreitando as relações entre a competência em informação com a Arquivologia**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SILVA, D. A. Arquivos: uma abordagem inicial sobre o termo usuário. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2011.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 20, n. 2, 1991.

TARGINO, Maria das Graças; TORRES, Názia Holanda; ALVES, Claudio Augusto. **Informação e cidadania: relação construída via biblioterapia no âmbito da biblioteca pública**. *CRB8 Digital*, v. 5, n. 2, 2012.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; LEME, Thalita Fernanda; CASARIN, Helen de Castro Silva. Estudos de usuários em arquivos: panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais. **Acervo**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 154–174, 2020. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1612> Acesso em: 21 jan 2024.

YAKEL, E.; TORRES, D. A. AI: Archival Intelligence and User Expertise. **American Archivist**, v. 66, p. 51–78, 2003. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/66/1/51/23925/AI-Archival-Intelligence-and-User-Expertise> Acesso em: 23 maio 2024.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

ZURKOWSKI, P.G. **Information services environment relationships and priorities.**

Washington D.C.: National Commission on Libraries, 1974. Disponível em:

<https://eric.ed.gov/?id=ED100391> Acesso em: 10 jan 2024.